



Omega Energia e Implantação 2 S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas de 2021

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. GESTÃO DE RISCOS.....	10
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	13
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	14
6. OUTROS CREDITOS.....	15
7. INVESTIMENTOS	15
8. IMOBILIZADO	16
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	17
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	19
11. FORNECEDORES	21
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS.....	21
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	22
14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	22
15. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	23
16. PARTES RELACIONADAS	24
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26
19. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	27
20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	27
21. RESULTADO FINANCEIRO.....	27
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	360	4.690	51.126	61.428
Clientes	5	-	11	84.870	111.654
Dividendos a receber	16	19.711	23.170	-	-
Outros créditos	6	352	1.487	32.398	18.654
		20.423	29.358	168.394	191.736
Não circulante					
Caixa restrito	4	21.401	16	97.576	44.261
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	1.118	-
Outros créditos	6	2.848	2.847	1.324	-
		24.249	2.863	100.018	44.261
Investimentos	7	686.007	675.502	-	-
Imobilizado	8	-	666	1.409.928	1.449.048
Intangível	-	-	-	21.039	21.523
		686.007	676.168	1.430.967	1.470.571
		710.256	679.031	1.530.985	1.514.832
Total do ativo		730.679	708.389	1.699.379	1.706.568

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	11	-	10	62.892	11.475
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	11.535	10.415	58.604	54.434
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	3	8	4.766	3.795
Passivos de arrendamentos	15	-	-	1.567	1.537
Outras obrigações	13	6.274	3.539	15.957	11.515
		17.812	13.972	143.786	82.756
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	196.590	187.823	1.016.652	1.051.967
Fornecedores	11	-	-	2.599	46.161
Passivos de arrendamentos	15	-	-	17.093	16.881
IRPJ e CSLL diferidos passivos	-	-	-	2.303	1.986
Outras obrigações	13	-	-	669	223
		196.590	187.823	1.039.316	1.117.218
Total do passivo		214.402	201.795	1.183.102	1.199.974
Patrimônio líquido					
Capital social	17	453.363	453.363	453.363	453.363
Reservas legal		5.169	4.534	5.169	4.534
Reservas de lucro		57.745	48.697	57.745	48.697
Total do patrimônio líquido		516.277	506.594	516.277	506.594
Total do passivo e patrimônio líquido		730.679	708.389	1.699.379	1.706.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	18	-	-	277.000	237.865
Custos da operação, conservação e compras	19	-	-	(136.130)	(129.288)
Lucro bruto		-	-	140.870	108.577
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	20	(310)	(1.254)	(4.993)	(7.071)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	2	(209)	(71)	797
Resultado de equivalência patrimonial	7	50.042	10.463	-	-
		49.734	9.000	(5.064)	(6.274)
Resultado operacional		49.734	9.000	135.806	102.303
Receitas financeiras	21	140	179	3.961	1.311
Despesas financeiras	21	(37.175)	(25.090)	(117.512)	(112.199)
		(37.035)	(24.911)	(113.551)	(110.888)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.699	(15.911)	22.255	(8.585)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(9.556)	(7.326)
Lucro (prejuízo) o exercício		12.699	(15.911)	12.699	(15.911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	12.699	(15.911)	12.699	(15.911)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	12.699	(15.911)	12.699	(15.911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	453.363	4.534	64.608	-	522.505
Transações com acionistas					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.911)	(15.911)
Destinação de reservas	-	-	(15.911)	15.911	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	453.363	4.534	48.697	-	506.594
Transações com acionistas					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.699	12.699
Dividendos	-	-	-	(3.016)	(3.016)
Destinação de reservas	-	635	9.048	(9.683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	453.363	5.169	57.745	-	516.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.699	(15.911)	22.254	(15.911)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	50.420	50.481
Resultado de equivalência patrimonial	(50.042)	(10.463)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	35.059	22.875	98.765	89.834
Receita financeira de aplicações financeiras	(24)	(99)	(3.987)	(1.319)
Outros	762	(5)	1.126	1.117
	(1.546)	(3.603)	168.578	124.202
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	11	(11)	26.297	1.441
Outros créditos	1.135	1.375	(14.581)	2.108
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(9)	3	7.855	22.093
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5)	6	971	(5.198)
Outras contas a pagar	(283)	(2.934)	1.872	(2.817)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(697)	(5.164)	190.992	141.829
Dividendos recebidos	18.343	(4.543)	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.408)	(14.925)	(78.113)	(88.852)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(10.357)	(1.458)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	1.238	(24.632)	102.522	51.519
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	(9)	(10.816)	(4.436)
Aplicações financeiras – caixa restrito	(21.361)	100	(49.328)	(10.312)
Integralização de capital social em controladas	(555)	-	-	-
Redução de capital social em controladas	25.208	28.256	-	-
Caixa proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos	3.292	28.347	(60.144)	(14.748)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.905	-
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(8.860)	(8.800)	(53.048)	(39.494)
Arrendamentos pagos	-	-	(1.537)	(744)
Caixa (utilizado) pelas atividades de financiamentos	(8.860)	(8.800)	(52.680)	(40.238)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(4.330)	(5.085)	(10.302)	(3.467)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.690	9.775	61.428	64.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	360	4.690	51.126	61.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omega Energia e Implantação 2 S.A. (“Controladora”, “Companhia”, “Delta 3” ou “OE&I2”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, SP. Em 1º de outubro de 2017 a OE&I2 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega no âmbito de um contrato de compra e venda de ações celebrado em 12 de maio de 2017 pela Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações (“DEV FIP III”) e por Lambda3 Fundo de investimento em Participações Multiestratégia (“Lambda3”).

Fundada em 2011, a Delta 3 é uma Companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas diretas operam 8 empreendimentos, denominados complexo Delta 3 (“UGC Delta 3”), com capacidade total instalada para geração de 220,8 MW de energia renovável, além de uma linha de transmissão de 500 kV de aproximadamente 240 KM, localizados no estado do Maranhão. O projeto de implantação dos parques foi concluído no 1º semestre de 2017, tendo seu primeiro aerogerador acionado em maio, atingindo a totalidade da operação comercial em setembro de 2017.¹

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 3 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

¹ Informações técnicas do parágrafo (MW, Kw e Km) não foram auditadas.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2022, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Omega é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades

agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2021	2020
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e *joint venture* são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado
9	Teste de <i>impairment</i> e ativos não financeiros

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 3 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da OE&I2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – *Enterprise Resource Planning* que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro).

As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC Delta 3 não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a

diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	51.126	61.428
Clientes	8	84.870	111.654
Caixa restrito	7	97.576	44.261
Total		233.572	217.343

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 10.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 10.5.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$151.850 milhões. A Delta 3 acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nosso auditor independente.

3.7 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas Demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco	120	204	13.733	35.050
Aplicações financeiras de liquidez imediata	240	4.486	37.393	26.378
Caixa e equivalentes de caixa	360	4.690	51.126	61.428
Aplicações financeiras - Caixa restrito	21.401	16	97.576	44.261
Total	21.761	4.706	148.702	105.689

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 10.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 18.

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos LER	2.558	2.311
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	-	27.901
Consumidores livres e distribuidoras	66.737	80.955
Outras contas a receber	15.575	487
Total	84.870	111.654
Apresentados no ativo:		
Circulante	84.870	111.654
Não Circulante	-	-

Contas a receber regulado (LER e distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobras. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e PCHs e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS CREDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	384	363	2.598	1.840
PIS/COFINS	-	-	2.165	2.051
IRPJ/CSLL diferidos	-	-	1.324	-
Adiantamento a fornecedores	1	1	1.325	1.200
Partes relacionadas (Nota 16)	2.690	3.952	14.453	11.474
Despesas a apropriar	-	-	2.346	2.046
Outros	125	18	9.511	43
Total	3.200	4.334	33.722	18.654
Apresentados no ativo:				
Circulante	352	1.487	32.398	18.654
Não Circulante	2.848	2.847	1.324	-

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 16.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	82.902	75.997	73.270	96.620	84.936	86.757	99.172	75.848	675.502
Aumento de capital	69	69	69	69	69	69	69	69	552
Redução de capital	(3.070)	(2.811)	(2.906)	(3.368)	(3.217)	(3.252)	(3.499)	(3.085)	(25.208)
Resultado de equivalência patrimonial	5.135	7.721	4.140	2.147	2.878	13.965	8.250	5.806	50.042
Dividendos	(1.220)	(1.834)	(983)	(510)	(2.682)	(3.316)	(2.958)	(1.378)	(14.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.816	79.142	73.590	94.958	81.984	94.223	101.034	77.260	686.007

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	90.849	78.258	76.019	97.402	85.926	83.812	98.686	82.343	693.295
Resultado de equivalência patrimonial	(5.059)	503	(15)	3.131	2.671	7.872	4.953	(3.593)	10.463
Dividendos	-	(120)	-	(745)	(635)	(1.868)	(1.176)	-	(4.544)
Redução de capital	(2.888)	(2.644)	(2.734)	(3.168)	(3.026)	(3.059)	(3.291)	(2.902)	(23.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	82.902	75.997	73.270	96.620	84.936	86.757	99.172	75.848	675.502

7.3 Apresentação das demonstrações financeiras das investidas sumarizadas

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Delta 3 I Energia S.A.	219.723	135.906	83.816	5.135
Delta 3 II Energia S.A.	191.871	112.729	79.142	7.721
Delta 3 III Energia S.A.	191.136	117.546	73.590	4.140
Delta 3 IV Energia S.A.	225.963	131.005	94.958	2.147
Delta 3 V Energia S.A.	201.715	119.731	81.984	2.878
Delta 3 VI Energia S.A.	217.251	123.028	94.223	13.965
Delta 3 VII Energia S.A.	237.053	136.019	101.034	8.250
Delta 3 VIII Energia S.A.	198.241	120.981	77.260	5.806

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 9.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.399.099	38.262	2.104	9.584	1.449.049
Adições	2.407	207	551	8.182	11.347
Baixa	(3)	-	-	(45)	(48)
Depreciação	(49.293)	(1.046)	(81)	-	(50.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.210	37.423	2.574	17.721	1.409.928
Custo histórico	1.499.244	40.539	2.675	17.722	1.560.180
Depreciação acumulada	(147.034)	(3.116)	(101)	(1)	(150.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.210	37.423	2.574	17.721	1.409.928

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.444.099	39.155	1.073	9.584	1.493.911
Adições	4.970	146	1.174	-	6.290
Depreciação	(49.434)	(1.037)	(11)	-	(50.482)
Baixas	(536)	(2)	(133)	-	(671)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.399.099	38.262	2.103	9.584	1.449.048
Custo histórico	1.496.840	40.332	2.123	9.585	1.548.880
Depreciação acumulada	(97.741)	(2.070)	(20)	(1)	(99.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.399.099	38.262	2.103	9.584	1.449.048

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 10.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2021 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Delta 3	3,40%	2,90%	3,40%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia avaliou sua UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e sua margem operacional:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
UGC Delta 3	1.409.928	21.039	1.430.967	49%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxa de desconto de 4,86% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida que tenham sido identificados na aquisição de controladas.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo

	Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BNDDES	48.066	45.017	831.679	876.790	879.745	921.807
Debêntures	11.663	10.543	197.639	188.969	209.302	199.512
	59.729	55.560	1.029.318	1.065.759	1.089.047	1.121.319
Custo de transação	(1.125)	(1.126)	(12.666)	(13.792)	(13.791)	(14.918)
Total	58.604	54.434	1.016.652	1.051.967	1.075.256	1.106.401

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado para a controladora refere-se ao valor das debêntures e de seus respectivos custos de captação no montante total líquido de R\$208.125 (R\$198.238 em 2020).

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2021	2020
UGC Delta 3	BNDDES	Março/2034	mensal TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	879.745	921.807	
UGC Delta 3 Debêntures		Dezembro/2029	semestral IPCA + 7,10%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDDES	209.302	199.512	
					1.089.047	1.121.319	

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2021 era de 8,9 anos e 8,15% a.a.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.106.401
Captação	1.905
Pagamento de principal	(53.048)
Encargos financeiros pagos	(78.113)
Encargos financeiros provisionados	96.985
Amortização de custo de transação	1.126
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.075.255

Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.144.778
Pagamento de principal	(39.494)
Encargos financeiros pagos	(88.852)
Encargos financeiros provisionados	88.852
Amortização de custo de transação	1.117
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.106.401

10.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2022	54.183	81.313	135.496
2023 a 2025	217.851	210.094	427.945
2026 a 2028	282.465	172.041	454.505
2029 a 2031	272.257	85.318	357.575
2032 a 2033	191.905	16.244	208.148
Após 2033	87.740	273	88.014
	1.106.401	565.283	1.671.854

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

10.3 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um Project Finance, incluindo (conforme descrito na Nota 8): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.4 Covenants financeiros

A Companhia está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas. Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos:

	ICP	ICSD Líquida/EBITDA	Dívida	Tipo
UGC Delta 3	N.A.	≥1,1	N.A.	Vencimento antecipado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2021
Geração de caixa das atividades (a)	176.670
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	22.255
(+) resultado financeiro	113.551
(+) depreciações e amortizações	50.420
(-) IRPJ CSLL apurados	(9.556)
Serviço da dívida (b)	131.161
(+) amortização de principal	53.048
(+) pagamento de juros	78.113
ICSD auferido (a)/(b)	1,35

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores O&M e serviços gerais	5	1.156
Compra de energia	12.170	10.319
Contas a pagar ACR	53.316	46.161
	65.491	57.636
Apresentados no passivo:		
Circulante	62.892	11.475
Não circulante	2.599	46.161

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE.

O aumento nas contas a pagar ACR decorre de déficit de energia gerada em relação a garantia física comprometida nos contratos regulados. A obrigação pode ser revertida subsequentemente a medida em que a geração de energia de períodos subsequentes seja superior aos valores garantidos em contrato, no prazo máximo de 4 anos.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados (“PPR”) tendo como base contribuições das equipes e o desempenho global da empresa através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Os saldos são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Obrigações trabalhistas		
Salários e encargos	54	29
Provisões trabalhistas	269	84
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	589	129
Impostos a pagar	3.099	3.076
Tributos retidos sobre terceiros	755	477
	4.766	3.795

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos (Nota 16)	3.016	-	3.016	-
Partes relacionadas (Nota 16)	3.237	3.539	7.925	7.914
Adiantamento de clientes	-	-	-	-
Serviços	21	-	5.011	1.391
Provisões diversas	-	-	674	2.433
Outras	-	-	-	-
	6.274	3.539	16.626	11.738
Apresentados no passivo:				
Circulante	6.274	3.539	15.957	11.515
Não Circulante	-	-	669	223

14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados, quando aplicável. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	22.255	(8.585)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(7.566)	2.919
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	-	(8.967)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	(1.990)	(1.278)
Outros	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(9.556)	(7.326)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	42,9%	-85,3%

15. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	2021
			Passivos de arrendamentos
Delta 3	0,60	2051	18.660
Total			18.660
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.567
Não circulante			17.093
Total			18.660

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, sendo apresentado a seguir, um resumo das taxas utilizadas para cada UGC:

UGC	%
Delta 3	10,80

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.418
Juros incorridos sobre o passivo	1.779
Pagamento de arrendamentos	(1.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.660

A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20.

16. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

16.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

16.1.1 Controladora

	2021				2020	
	Ativo		Passivo		Ativo	Passivo
	Dividendos a receber	Outros ativos	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Outros ativos	Outras obrigações
Omega Geração - Consolidado	-	2	(3.016)	-	20	(33)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-	200	(3)
UGC Delta 1	-	5	-	-	5	-
UGC Delta 2	-	5	-	-	81	-
UGC Delta 3	19.711	2.664	-	(3.237)	3.616	(3.503)
UGC Delta 5	-	3	-	-	13	-
UGC Delta 6	-	3	-	-	9	-
UGC Delta 7	-	7	-	-	7	-
UGC Delta 8	-	1	-	-	1	-
Total	19.711	2.690	(3.016)	(3.237)	3.952	(3.539)

16.1.2 Consolidado

	2021					2020			
	Ativo			Passivo		Ativo		Passivo	
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Clientes	Outros ativos	Fornecedores	Outras obrigações
Comercializadora	29.182	801	(2.411)	(3.016)	(373)	54.912	801	(8.704)	(319)
Omega Geração - Consolidado	8.931	72	(792)	-	(5.517)	-	1.387	-	(6.871)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-	(8)	-	219	-	(167)
Omega Desenvolvimento de Energia	-	-	-	-	(32)	-	-	-	-
Omega Energia	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-
UGC Assuruá	-	77	-	-	(133)	-	74	-	(22)
UGC Delta 1	-	4.107	-	-	(1.681)	-	27	-	(455)
UGC Delta 2	-	5.835	-	-	(3)	-	5.891	-	(3)
UGC Delta 5	-	279	-	-	(49)	-	140	-	(50)
UGC Delta 6	-	271	-	-	-	-	128	-	-
UGC Delta 7	-	1.875	-	-	(19)	-	1.752	-	(19)
UGC Delta 8	-	1.061	-	-	(5)	-	993	-	(5)
UGC Indaiás	277	6	-	-	(3)	421	3	-	(3)
UGC Serra das Agulhas	2.226	69	-	-	(96)	2.226	59	-	-
Total	40.616	14.453	(3.203)	(3.016)	(7.925)	57.559	11.474	(8.704)	(7.914)

16.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

16.2.1 Controladora

	2021						2020	
	Ativo			Passivo			Ativo	Passivo
	Dividendos a receber	Outros ativos	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros ativos	Outras obrigações	
Omega Geração - Consolidado	-	2	(3.016)	-	-	20	(33)	
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-	-	200	(3)	
UGC Delta 1	-	5	-	-	-	5	-	
UGC Delta 2	-	5	-	-	-	81	-	
UGC Delta 3	19.711	2.664	-	(3.237)	23.170	3.616	(3.503)	
UGC Delta 5	-	3	-	-	-	13	-	
UGC Delta 6	-	3	-	-	-	9	-	
UGC Delta 7	-	7	-	-	-	7	-	
UGC Delta 8	-	1	-	-	-	1	-	
Total	19.711	2.690	(3.016)	(3.237)	23.170	3.952	(3.539)	

16.2.2 Consolidado

	2021						2020
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	
Comercializadora (OMC)	23.596	-	(385)	17.829	(27.687)	(387)	
Omega Geração - Consolidado	-	(33.833)	(6.352)	-	-	(4.914)	
Grupo Omega Desenvolvimento	-	26	(42)	-	-	(82)	
Omega Desenvolvimento de Energia	-	-	32	-	-	-	
Omega Energia	-	-	5	-	-	-	
UGC Assuruá	-	(117)	(8)	-	-	-	
UGC Delta 1	-	(443)	3.300	-	-	-	
UGC Delta 2	-	22	-	-	-	(2)	
UGC Delta 5	-	146	3	-	-	-	
UGC Delta 6	-	146	2	-	-	-	
UGC Delta 7	-	174	2	-	-	-	
UGC Delta 8	-	98	1	-	-	-	
UGC Serra das Agulhas	-	(85)	-	51	-	-	
Total	23.596	(33.866)	(3.442)	17.880	(27.687)	(5.385)	

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 10.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

17.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$ 453.363, representado por 445.867.100 ações ordinárias. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração.

17.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2021 e 2020 é a seguinte:

Proposta da Administração	2021	2020
Resultado do exercício	12.699	(15.911)
(-) Reserva legal 5%	(635)	-
(=) Lucro líquido ajustado	12.064	(15.911)
Destinação dos resultados		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.016	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	9.048	(15.911)

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado	
	2021	2020
Vendas no ACR		
Vendas no ACR	172.015	180.359
Excedente/(déficit)	(7.155)	(42.666)
LER	18.769	26.572
Vendas no ACL	30.721	37.274
Contabilização CCEE	28.355	25.447
Venda de crédito de carbono	15.574	-
Partes relacionadas	29.295	17.047
Impostos	(10.574)	(6.168)
	277.000	237.865

19. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2021	2020
Compra de energia	(56.545)	(48.231)
Depreciação e amortização	(50.397)	(50.458)
O&M	(16.495)	(21.638)
Encargos regulatórios	(10.520)	(7.388)
Outros	(2.173)	(1.573)
	(136.130)	(129.288)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas de pessoal	(4.387)	(6.274)
Depreciação e amortização	(23)	(23)
Serviços de consultoria e auditoria	(164)	(236)
Serviços de terceiros	(123)	(263)
Publicações e propaganda	(2)	(121)
Outras	(294)	(154)
	(4.993)	(7.071)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	24	99	3.987	1.319
Outras receitas	123	92	(19)	4
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(7)	(12)	(7)	(12)
	140	179	3.961	1.311
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(35.059)	(22.875)	(96.986)	(88.852)
Comissão sobre fiança	(1.812)	(1.643)	(16.578)	(17.905)
Custo de transação	(96)	-	(1.126)	(1.117)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(1.779)	(1.761)
Outras despesas	(208)	(572)	(1.043)	(2.564)
	(37.175)	(25.090)	(117.512)	(112.199)
Resultado financeiro líquido	(37.035)	(24.911)	(113.551)	(110.888)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2021	2020	Consolidado Categoria
Aplicações financeiras - Caixa restrito	97.576	44.261	A
Clientes	84.870	111.654	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.075.256	1.106.401	A
Fornecedores	65.491	57.636	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Omega Energia e Implantação 2 S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 2 S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Omega Energia e Implantação 2 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1